

A Vivência do Morto: a preservação de monumentos histórico-culturais em ruínas

Anna Maria de Lira Pontes

Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba (2009), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Atualmente, é professora efetiva de História pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Tem experiência na área de Patrimônio Histórico Cultural, com ênfase em ruínas patrimoniais, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, identidades culturais e preservação patrimonial.

Resumo

As ruínas emergem enquanto alegoria pro meio da representação do que a edificação uma vez foi, contudo não mais o é. Também é um monumento do presente e por isso existe em correlação com a vivência das cidades e suas memórias. As ruínas, deste modo, apresentam-se como um fator de afirmações coletivas, individuais e/ou nacionais a partir de sentimentos despertados por este “morto” que luta por sobrevivência e vida na sociedade a qual pertence. Neste trabalho, buscamos, então, compreender o patrimônio histórico-cultural e o debate de sua preservação a partir do pensamento de John Ruskin, Eugène Viollet-le-duc e Cesare Brandi em relação com a ação prática voltada, mais especificamente, para a ruína. A fim de, com isto, entender até onde se pode ter e vivenciar as ruínas na sociedade – um morto que vive na mesma mediante a alegoria.

Palavras-chave: Patrimônio histórico-cultural; preservação; ruínas.

Abstract

The ruins emerge as an allegory through representation of what the building once was, but now it isn't anymore. Also, they are a monument of the present and, therefore, exist in relation with the quotidian of cities and its memories. The ruins present themselves as an element of the collective, individual and national affirmations from the feelings brought up by this “dead” that struggles for survival and life in its society. In this work, we search to understand the historical and cultural patrimony and its preservation debate through the studies of John Ruskin, Eugène Viollet-le-duc and Cesare Brandi in relation to the practical action towards, specifically, the ruins. It's aimed, in this paper, to comprehend the limits and implications in the existence of ruin in the society – the dead that lives through allegory.

Keywords: Historical and cultural patrimony; preservation; ruins.

Recebido em: 25/07/2010

aprovado em: 10/08/2010

A Vivência do Morto: a preservação de monumentos histórico-culturais em ruína

O estudo dos monumentos histórico-culturais dentro de suas respectivas sociedades é essencial para o entendimento da formação e andamento das memórias locais, sejam elas relativas às estratégias de poder ou às coletividades, e da própria organização da cidade. E também, ao entender mais sobre tais memórias, passamos a compreender o posicionamento desta sociedade frente às influências e fenômenos sociológicos que esta viveu ao longo do tempo – algo de grande importância para o próprio entendimento da cidade e sua configuração espacial.

Entre a memória e a preservação de espaços que se fazem de algum modo representativos para as sociedades a que pertence, o patrimônio em ruínas é, por si só, contraditório, já que reúne num único bem destruição e preservação. Ao olhar o fragmento, percebe-se o encanto dos restos que, mesmo em tal estado, contam com algo a dizer e a representar. Aquilo que foram e aquilo que são no presente desperta toda uma poética que exaltam os sentidos. E, neste meio, o próprio conceito de ruínas é algo complexo e digno de análise.

Ao correlacionar a ideia de ruína com o teatro barroco alemão, Benjamin (1984) a expõe enquanto alegoria. Alegoria produzida pelo fragmentado, pelo incompleto do edifício que não existe mais. Na visão de Benjamin (1984), a ruína é suscetível à variadas interpretações, cujos resquícios rememoram o que ela um dia foi, contudo não mais o é. E é por estes vestígios que a ruína torna-se bela e fascinante, pois

A beleza que dura é um objeto do saber. Podemos questionar se a beleza que dura ainda merece esse nome; o que é certo é que nada existe de belo que não tenha em seu interior algo que mereça ser sabido (BENJAMIN, 1984, p. 204).

E o conhecimento na ruína se faz justamente pelo fragmento que, apesar de mutilado, conta com seu peso de representação. Não é mais apenas algo que sucumbiu com o tempo, mas um meio de se obter conhecimento de um passado que se intenta examinar ou mesmo rememorar. Além de documento, as ruínas são representações do que foram; do que passaram – de sua construção até o momento presente – e do que são. E por isso apresentam toda essa poeticidade em torno de si e de suas interpretações – diversas já que, pela ausência, pode-se imaginar e interpretar.

As ruínas, por si próprias, conotam a conservação, como Brandi (2004) ressalva. Entretanto, sua manutenção na sociedade implica também a conservação de seu aspecto característico: despedaçado. E nos fragmentos que as constituem, as ruínas aparecem como espaços dignos de rememoração. Por isso, neste trabalho, intentamos analisar o que há de peculiar na visão das ruínas e no próprio pensamento em torno da preservação do patrimônio histórico-cultural a partir de três teóricos essenciais para a história do restauro de monumentos, são eles: John Ruskin, Eugène Viollet-le-Duc e Cesare Brandi.

ao longo dos anos, vários arquitetos e pensadores em geral lançaram suas opiniões

e teorias sobre restauração de monumentos, indicando, segundo uma linha histórica de atuação destes, uma evolução da teoria da restauração até a que temos atualmente. Mas, apesar de ampla discussão, monumentos são restaurados até hoje segundo pensamentos diferentes e divergentes, de Viollet-le-Duc a cesare Brandi. Sem contar ainda com a própria discordância de atitudes sobre o próprio benefício ou não da restauração.

tais teóricos apresentam argumentos diferenciados tanto a favor como contra a restauração ou qualquer outra ação interventiva no monumento. Podemos colocá-los em dois grupos, são eles: aqueles que são contra a restauração e aqueles que são a favor dela. E a sua visão, mais especificamente para este trabalho, é em torno da ruína e sua manutenção.

Um representante dos pensadores que são contra qualquer tipo de intervenção, salvo a manutenção, é no monumento John Ruskin (1819-1900). Ele defende que o monumento siga seu rumo natural sem maiores preocupações em ações para conter um possível arruinamento.

Ruskin destacou-se por sua posição considerada reacionária quanto à conservação de monumentos históricos ao afirmar sua trajetória como uma história, no qual intervenções humanas não seriam necessárias – sendo preferível a estas a própria morte do bem. Esta opinião também pode ser exemplificada por meio de seu livro *Pedras de Veneza*, no qual se apresenta contra o advento do Renascimento enquanto arte em Veneza, como uma forma de decadência e perda de fé da própria cidade.

Para ele, a estética e a execução da obra tem uma forte correlação com a moralidade, em que o aspecto tremido advindo do artesanal é a própria presença da mão humana, que se faz na obra de arte pelo prazer e demonstração de fé do operário.

Uma vez que, para Ruskin, as ações de restauração são malvistas, a ruína, subentende-se, é, deste modo, um caminhar pelo próprio fim do monumento. O bem, com uma temporalidade determinada, é vivo enquanto vive, mas irá morrer em seu trajeto existencial.

De outro lado, temos teóricos que, sob variadas dimensões de ação, apresentam sua posição quanto à preservação, aceitando-a, são eles: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc e cesare Brandi, entre outros. apesar de aceitarem a restauração como uma atitude em prol do monumento, eles também apresentam discordâncias de pensamento.

Viollet-le-Duc (1814-1879) defende a obra de arte seguindo para um caminho ideal não concernente a sua história e estrutura original. Segundo ele, “Restaurar um edifício quer dizer reintegrá-lo em um estado completo, que pode não ter existido nunca em um dado tempo” (VioLLEt-LE-DUC, 2000, p. 29). Uma remodelação do antigo, que pode vir a tornar-se uma nova construção pensada pelo arquiteto do presente num esforço por um modelo melhor que o anterior, a fim de embelezar, tornar mais eficiente e/ou fortalecer estruturalmente a obra.

Em seu escrito sobre o verbete “restauração” no *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, Viollet-le-Duc critica o fanatismo com que se passa a tratar o passado, em que o novo por vezes é visto como a quebra das tradições. Segundo ele, para o sucesso de uma restauração, é preciso a execução de um relatório detalhado sobre o bem, que o arquiteto estuda previamente para só assim poder atuar neste. E, se o monumento pode ser embelezado e contar com maior eficiência estrutural com a adição de novos elementos numa restauração, assim deve-se renunciar o primitivo e fazê-lo (VIOlLET-LE-DUC,

2000, p. 50-67). Sobre a ação do arquiteto, conclui:

Deve agir como o cirurgião habilidoso e experimentado, que somente intervém em um órgão após ter adquirido o conhecimento completo de sua função e depois de ter previsto as conseqüências imediatas ou futuras de sua operação. Se for aleatório, mais vale que se abstenha. Mais vale deixar morrer o doente do que o matar (VioLLEt-LE-DUc, 2000, p. 68).

Este conhecimento por parte do arquiteto será diferenciado conforme o espaço e a época do monumento, em que o próprio estilo ou a escola artística são modificados de local para local. Além de certificar que o monumento seja restaurado no estilo ao qual pertence, é importante que o arquiteto seja também um bom construtor e conhecedor das formas e maneiras de construção de cada época, além do conhecimento sobre os diversos períodos da arte e suas escolas (seguidas de cada estilo) dentro da arquitetura.

Em relação às ruínas, Viollet-le-Duc trata da restauração como uma forma de evitá-las – como o ato de salvar-se das ruínas – e, em caso de edificações neste estado ou sob ameaça de assim o ficar, admite a reconstrução. Entretanto, para que isto ocorra, é preciso cuidado a fim de que o monumento não seja falseado.

[...]é necessário, antes de começar, tudo buscar, tudo examinar, reunir os menores fragmentos tendo o cuidado de constatar o ponto onde foram descobertos, e somente iniciar a obra quando todos estes remanescentes tiverem encontrado logicamente sua destinação e seu lugar, como os pedaços de um jogo de paciência (VioLLEt-LE-DUc, 2000, p. 69-70).

Dentre os teóricos que abordam o tema da restauração, é imprescindível considerar cesare Brandi (1906 – 1988) que, em

seu livro *Teoria da Restauração*, discute os parâmetros em torno do processo de restauração e o estudo prévio que deve antecedê-la.

De acordo com Brandi, a restauração tem como objetivo o restabelecimento material do suporte da obra de arte. Até porque o que faz a ela é sua representatividade e isto não pode ser subjugado na restauração – ou, então, toda a obra de arte estará comprometida. É por isso também que na restauração, para o autor, o que se deve ter como foco é a obra de arte em si, que regerá todas as ações de preservação.

Por menor grau de ação que a restauração implique, será sempre uma mudança para a história da obra, e por isso esta deve ser meticulosamente analisada para só assim poder ser executada. Conforme seu pensamento, a obra de arte deve ser vista em sua unidade, em que cada parte é um componente essencial do todo. a obra, assim, deve ser vista qualitativamente e conforme o inteiro. O aspecto da imagem não deve ser mexido, o único elemento em que se pode intervir um pouco é em sua estrutura e, mesmo assim, por medidas conservativas. Ainda, é imprescindível uma análise sobre o tempo e o espaço da obra para a restauração.

a restauração não é um elemento ou fase do processo artístico. Ela é algo a parte, não comum à obra de arte e que deve ser precedido de análises e pesquisas para só assim agir, considerando as instâncias estética e histórica do monumento – uma mais do que a outra segundo os critérios de valor. Na ruína, a instância que prevalece é a histórica – pelo que foi e pelo que representa no presente.

Ao tratar as ruínas enquanto testemunho do tempo para o ser humano – incompleto em seu aspecto físico, mas representativo em sua historicidade – Brandi (2004) afirma a

visão da ruína enquanto resquício com apelo intrínseco a si por ações de conservação.

Ruína

[...] será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes (BRANDI, 2004, p. 65).

A ruína, considerada enquanto resquícios e testemunho mutilado do monumento, conota por si própria ações de conservação. a sua restauração é, contudo, restrita apenas a ações de consolidação e conservação do contexto do monumento, uma vez que a preservação destas também implica a priorização de sua instância histórica (BRANDI, 2004, p. 65-77).

com relação à restauração, concordamos com Boito ao colocar que “[...] nenhum campo é tão difícil operar e tão fácil refletir quanto naquilo que se refere à restauração dos monumentos arquitetônicos” (BOITO, 2003, p. 53). Assim como é uma das facetas mais polêmicas das ações preservacionistas e, por isso, passível de debate também sobre a própria preservação da memória e suas implicações em meio à sociedade. Afinal, a restauração é o exemplo mais claro e tangível de uma modificação que por si própria permite a continuidade do monumento, seja transformando-se numa nova construção pelo método de Viollet-le-Duc, seja por meio de uma restauração que respeite a representatividade e historicidade do bem, como em Brandi.

as mudanças e intervenções também fazem parte da história do monumento pelo fato de que tudo é história – e nada é mais importante para a compreensão atual do monumento do que sua trajetória histórica. As ruínas, em si, representam o seu uso e edifício inicial, mas emergem também

enquanto símbolos do tempo que se passou até o momento presente. Um exemplo disto são as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Nazaré do almagre, em cabedelo-PB, que representam não apenas o centro conversor indígena colonial, mas também a evolução e ocupação do bairro em que se localiza, o bairro do Poço.

teoricamente, no imaginário social o desejo mais fácil de ser percebido é o da perenidade dos monumentos, que em nada são eternos. Se sua morte é natural para seguidores de Ruskin, outros preferem o seu tratamento e recuperação num plano de fundo em que os vários “re” são constantes.

Preservação, assim, é posta aqui como o referencial atual do que se quer do passado via monumentos e sua exposição às sociedades. E deste passado, nada mais do que uma seleção no presente por meio de intenções e mensagens subliminares por entre, no caso desta discussão, os monumentos histórico-culturais. E nessas negociações pela memória, apesar das ruínas lembrarem a morte também suscitam força pela resistência e vontade de viver. Afinal, já poderiam ter ruído, mas ainda encontram-se de pé, lutando por um último suspiro que se pode fazer mais necessário do que seu aspecto fragilizado aparenta.

Os homens não se sentem mortos face à limpeza dos locais e aos objetos conservados. Eles precisam das ruínas. [...] Esse desejo de ruínas não se refere somente a uma estética da existência, ele está presente nas construções de memória. Mesmo o edifício mais cuidado, mais preservado só ganha sentido se mostrar a imagem de seu duplo, a transparência secreta da ruína (JEUDY, 1990, p. 2-3).

ao surgir enquanto imaginação e representação, a ruína mexe com os sentidos e permite à sociedade a qual pertence uma fruição do passado mediante a própria referência ao destruído. Para além de

seu aspecto físico, assim, mais uma vez é a representação que emerge enquanto elemento definidor da ruína – que, para Jeudy, está mais presente do que apenas nos fragmentos de edifícios, aparece também enquanto ideia e contraponto. até porque “O que seria do monumento sem a ruína?” (JEUDY, 1990, p. 3).

Enquanto elemento em si, as ruínas despertam polêmicas entre opiniões e atitudes diversas sobre elas. Numa recapitulação entre os pensadores da restauração, podemos, por exemplo, elencar três diferentes direcionamentos possíveis acerca do tratamento dessas, que seguem da ausência de ações/manutenção à recomposição e à restauração do monumento (limitada apenas à consolidação das estruturas e a manutenção do aspecto da ruína). Ao se tratar delas, assim, é preciso um cuidado particular a cada caso – para que não se subscreva seu valor ou mesmo consuma o uso do espaço. Afinal, em cada caso, todas as opções podem, de fato, ser cabíveis.

Para além da visão negativa da ruína, enquanto o perdido, ela também evoca aquilo que se mantém – que se recusa a ser esquecido, mesmo que sob fragmentos. E, nesta alusão à própria memória, que vive no limiar entre manutenção e esquecimento, as ruínas se fazem necessárias em si e, como afirmado por Jeudy (1990), em todos os monumentos histórico-culturais. Afinal, as sociedades precisam do passado para referenciar enquanto grupos sociais e, neste raciocínio, precisam das ruínas.

Referências

ARGAN, Giulio carlo. *História da arte como história da cidade*. tradução Pier Luigi cabra. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

BENJAMIN, Walter. alegoria e drama barroco. In: _____. *Origem do drama barroco alemão*. tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1984.

BOLTO, Camilo. *Os Restauradores: Conferência na Exposição de Turim (07/06/1884)*. 2ed. São Paulo, SP: ateliê Editorial, 2003.

BRANDI, cesare. *Teoria da Restauração*. tradução Beatriz Mugayar Kühl. 2ed. São Paulo, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo, SP: Estação Liberdade/ Editora da UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ; MINC/ IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: aBREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. tradução cid Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. tradução Márcia cavalcanti. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3ed. campinas, SP: Editora WQ&,

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, Nestor Goulart. Por uma nova política de preservação. In: *O Estado de São Paulo digital. Caderno Opinião*. São Paulo, 09 de janeiro de 2009. Artigo disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090109/not_imp304607,0.php>. Acesso em 13 de janeiro de 2009.

RUSKIN, John. *As Pedras de Veneza*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992.

RYKWERT, Joseph. *A Sedução do lugar: a história e o futuro da cidade* Tradução Valter Lellis Siqueira. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes; MELLO, Maria cristina. Re: atrás de, depois de... In: VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luisa Howard

(org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo, SP: Manole, 2006.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução Beatriz Mugayar Kühl São Paulo, SP: ateliê Editorial, 2000.

